

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	11
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	31
2.5 Medições não contábeis	32
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	39
5.2 Descrição dos controles internos	40
5.3 Programa de integridade	41
5.4 Alterações significativas	42
5.5 Outras informações relevantes	43

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria considera que a estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

i. hipótese de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexistente uma sinalização negativa em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio. A Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$91.967.540,00 (noventa e um milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais) e dívidas financeiras de R\$57.406.977,00 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e seis mil, novecentos e setenta e sete reais) resultando em um caixa positivo no montante de R\$40.563.563,00 (quarenta milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e três reais).

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia, atualmente, utiliza adiantamentos de contratos de câmbio como fontes de financiamento de terceiros.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria entende que, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros de mercado para financiar o seu capital circulante e não circulante, se necessário.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2022:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2022	2021
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	-	39.909
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 3,40% a.a	51.403.977	76.108.847
	Total dos empréstimos		51.403.977	76.148.756
	Circulante		(51.403.977)	(76.148.756)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras

Não se aplica a Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta as Demonstrações Financeiras abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)

Ativo					
	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	86.607.300	64.888.034	87.299.517	65.630.582
Títulos e valores mobiliários	4	5.360.240	7.569.490	5.360.240	7.569.490
Contas a receber e outras contas a receber	5	119.995.957	124.916.000	119.998.272	125.114.739
Estoques	6	166.107.641	139.665.868	166.107.641	139.665.868
Tributos a recuperar	7	38.130.502	28.135.503	38.130.502	28.135.503
Despesas antecipadas		185.555	106.110	185.555	106.110
Total do ativo circulante		416.387.195	365.281.005	417.081.727	366.222.292
Realizável a longo prazo	8	4.420.284	4.475.519	4.420.284	4.475.519
Investimentos	9	9.574.680	9.449.394	-	-
Imobilizado	10	99.318.132	88.120.789	108.205.107	96.636.780
Intangível	11	396.145	539.874	396.145	539.874
Total do ativo não circulante		113.709.241	102.585.576	113.021.536	101.652.173
Total do ativo		530.096.436	467.866.581	530.103.263	467.874.465
Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		2022	2021	2022	2021
Fornecedores		18.175.422	22.019.801	18.176.943	22.019.801
Empréstimos e financiamentos	12	51.403.977	76.148.756	51.403.977	76.148.756
Salários e encargos sociais		8.469.707	4.930.501	8.471.539	4.935.410
Obrigações tributárias	13	7.332.995	7.369.980	7.333.520	7.370.139
Férias e encargos sociais		5.893.915	4.468.825	5.896.864	4.471.641
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		17.459.172	8.746.409	17.459.172	8.746.409
Participação dos empregados	14	5.269.676	4.116.845	5.269.676	4.116.845
Participação dos administradores	15	10.182.629	5.931.251	10.182.629	5.931.251
Comissões e fretes sobre vendas		5.345.283	5.920.255	5.345.283	5.920.255
Outras contas a pagar		3.000.443	2.486.879	3.000.443	2.486.879
Total do passivo circulante		132.533.219	142.139.502	132.540.046	142.147.386
Obrigações tributárias		66.468	39.235	66.468	39.235
Provisões para contingências	16	12.145.751	7.027.151	12.145.751	7.027.151
Impostos diferidos	17	2.119.153	2.767.498	2.119.153	2.767.498
Total do passivo não circulante		14.331.372	9.833.884	14.331.372	9.833.884
Total do passivo		146.864.591	151.973.386	146.871.418	151.981.270
Patrimônio líquido	18				
Capital social		300.000.000	150.000.000	300.000.000	150.000.000
Reservas de lucros		71.135.051	160.135.293	71.135.051	160.135.293
(-) Ações em tesouraria		-	(6.918.028)	-	(6.918.028)
Outros resultados abrangentes		12.096.794	12.675.930	12.096.794	12.675.930
Total do patrimônio líquido		383.231.845	315.893.195	383.231.845	315.893.195
Total do passivo e patrimônio líquido		530.096.436	467.866.581	530.103.263	467.874.465

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	19	798.282.186	581.755.007	798.282.186	581.757.914
Avaliação a valor justo de ativo biológico		-	-	333.336	(4.692)
Custo dos produtos vendidos		(556.414.564)	(418.910.994)	(556.414.564)	(418.915.240)
Lucro bruto		241.867.622	162.844.013	242.200.958	162.837.982
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	20	(41.195.689)	(29.333.840)	(41.343.020)	(29.486.132)
Com vendas	21	(78.689.452)	(58.730.876)	(78.689.452)	(58.730.876)
Outras receitas operacionais líquidas	26	206.104	1.809.681	124.373	1.743.263
Resultado de equivalência patrimonial	9	125.286	(195.396)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		122.313.871	76.393.582	122.292.859	76.364.237
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	39.514.155	23.156.692	39.600.526	23.188.468
Despesas financeiras	22	(30.905.602)	(24.177.424)	(30.941.688)	(24.177.534)
Lucro operacional		130.922.424	75.372.850	130.951.697	75.375.171
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(39.879.707)	(25.117.066)	(39.908.980)	(25.119.387)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	726.229	2.930.079	726.229	2.930.079
Lucro líquido do exercício		91.768.946	53.185.863	91.768.946	53.185.863
Lucro líquido por ação					
ON	18 a	9,92370	5,75141	9,92370	5,75141
PN	18 a	10,91607	6,32655	10,91607	6,32655

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	91.768.946	53.185.863	91.768.946	53.185.863
Outros resultados abrangentes	579.136	458.421	579.136	458.421
Resultado abrangente do período	92.348.082	53.644.284	92.348.082	53.644.284
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	92.348.082	53.644.284

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros	a Realizar					
Em 31 de dezembro de 2020	150.000.000	17.456.335	94.072.789	5.667.984	4.488.076	(5.852.992)	13.134.351	-	278.966.543
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	65.136	-	-	-	-	-	65.136
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(1.065.036)	-	-	(1.065.036)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(3.424)	-	-	-	3.424	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	-	(458.421)	458.421	-
Transferência de lucros não realizados - Ativos Biológicos (Controlada)	-	-	-	(4.692)	-	-	-	4.692	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	53.185.863	53.185.863
Destinação proposta à Assembleia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	2.659.293	-	-	-	-	-	(2.659.293)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(15.259.311)	(15.259.311)
Retenção de lucros	-	-	35.733.796	-	-	-	-	(35.733.796)	-
Em 31 de dezembro de 2021	150.000.000	20.115.628	129.871.721	5.659.868	4.488.076	(6.918.028)	12.675.930	-	315.893.195
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	75.447	-	-	-	-	-	75.447
Aumento de Capital	150.000.000	(20.115.628)	(125.396.296)	-	(4.488.076)	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	(6.918.028)	-	-	6.918.028	-	-	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	-	(579.136)	579.136	-
Transferência de lucros não realizados - Ativos Biológicos (Controlada)	-	-	-	333.336	-	-	-	(333.336)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	91.768.946	91.768.946
Destinação proposta à Assembleia Geral:									
Reserva legal	-	4.588.447	-	-	-	-	-	(4.588.447)	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(24.505.743)	(24.505.743)
Retenção de lucros	-	-	62.920.556	-	-	-	-	(62.920.556)	-
Em 31 de dezembro de 2022	300.000.000	4.588.447	60.553.400	5.993.204	-	-	12.096.794	-	383.231.845

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos impostos	130.922.424	75.372.850	130.922.424	75.372.850
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Avaliação a valor justo de ativo biológico	-	-	(333.336)	4.692
Depreciação, amortização e exaustão	10.126.457	9.334.101	10.133.455	9.345.280
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	(1.909.497)	3.058.213	(1.909.497)	3.058.213
Equivalência patrimonial	(125.286)	195.396	-	-
Valor residual de ativos não circulantes	(373.412)	(1.196.399)	(373.412)	(1.197.599)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(749.087)	895.351	(749.087)	895.351
Perdas com contingências	5.118.600	33.000	5.118.600	33.000
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	143.010.199	87.692.512	142.809.147	87.511.787
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	2.209.250	3.856.144	2.209.250	3.856.144
(Aumento)/Redução em contas a receber e outras contas a receber	5.669.130	(45.935.226)	5.865.554	(45.785.390)
(Aumento)/Redução nos estoques	(26.441.773)	(72.328.401)	(26.441.773)	(72.328.401)
(Aumento)/Redução em tributos a recuperar	(9.994.999)	(11.877.219)	(9.994.999)	(11.877.098)
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	(79.445)	74.913	(79.445)	74.913
Aumento/(Redução) em fornecedores	(3.844.379)	16.704.284	(3.842.858)	16.704.284
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	3.539.206	374.149	3.536.129	371.990
Aumento/(Redução) nas obrigações tributárias	(429.022)	622.529	(399.715)	624.194
Aumento/(Redução) de férias e encargos sociais	1.425.090	1.443.275	1.425.224	1.444.400
Aumento/(Redução) nas participações a pagar	5.404.209	365.152	5.404.209	365.152
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	(574.972)	2.359.216	(574.972)	2.359.216
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	513.564	689.867	513.564	689.867
Caixa gerado nas operações	120.406.058	(15.958.805)	120.429.315	(15.988.942)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.409.785)	(22.967.803)	(39.438.727)	(22.970.517)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	80.996.273	(38.926.608)	80.990.588	(38.959.459)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
No realizável a longo prazo	55.235	(92.779)	55.235	(92.779)
No imobilizado	(21.285.468)	(19.846.349)	(21.330.114)	(19.934.740)
No intangível	(76.670)	(70.485)	(76.670)	(70.485)
Caixa gerado na venda de ativos não circulantes	555.479	1.753.880	555.479	1.755.080
Ações em tesouraria	-	(1.065.036)	-	(1.065.036)
Reversão de dividendos e JSCP	75.447	65.136	75.447	65.136
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(20.675.977)	(19.255.633)	(20.720.623)	(19.342.824)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Acréscimo (decréscimo) do exigível de longo prazo	27.232	39.234	27.232	39.234
Empréstimos e financiamentos obtidos	166.719.038	175.514.812	166.719.038	175.514.812
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(189.554.320)	(125.200.046)	(189.554.320)	(125.200.046)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(15.792.980)	(15.796.322)	(15.792.980)	(15.796.322)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	(38.601.030)	34.557.678	(38.601.030)	34.557.678
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa	21.719.266	(23.624.563)	21.668.935	(23.744.605)
Caixa e equivalentes à caixa no começo do período	64.888.034	88.512.597	65.630.582	89.375.187
Caixa e equivalentes à caixa no fim do período	86.607.300	64.888.034	87.299.517	65.630.582

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	925.774.204	692.134.436	926.107.540	692.134.026
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	920.333.639	691.301.785	920.333.639	691.304.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(68.259)	(1.190.490)	(68.259)	(1.190.490)
Outras (despesas) receitas	5.508.824	2.023.141	5.508.824	2.024.341
Avaliação a valor justo de ativo biológico	-	-	333.336	(4.692)
Insumos adquiridos de terceiros	(661.470.078)	(505.307.285)	(661.565.851)	(505.410.343)
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(595.024.110)	(460.502.202)	(595.024.110)	(460.502.202)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	(66.445.968)	(44.805.083)	(66.541.741)	(44.908.141)
Valor adicionado bruto (1-2)	264.304.126	186.827.151	264.541.689	186.723.683
Retenções	(9.958.713)	(8.446.099)	(9.965.711)	(8.457.278)
Depreciação, amortização e exaustão	(9.958.713)	(8.446.099)	(9.965.711)	(8.457.278)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (3-4)	254.345.413	178.381.052	254.575.978	178.266.405
Valor adicionado recebido em transferência	39.025.400	22.784.134	38.986.485	23.011.307
Resultado de equivalência patrimonial	125.286	(195.396)	-	-
Receitas financeiras	38.900.114	22.979.530	38.986.485	23.011.307
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	293.370.813	201.165.186	293.562.463	201.277.712
Distribuição do valor adicionado	293.370.813	201.165.186	293.562.463	201.277.712
Pessoal	103.720.112	81.101.728	103.831.763	81.197.538
Remuneração direta	87.014.388	67.494.032	87.121.492	67.585.694
Benefícios	11.229.215	9.091.206	11.229.215	9.091.206
FGTS	5.476.509	4.516.490	5.481.056	4.520.638
Impostos, contribuições e taxas	67.777.638	43.057.677	67.821.551	43.074.283
Federais	67.335.260	42.422.439	67.376.590	42.437.039
Estaduais	302.863	569.051	304.816	570.670
Municipais	139.515	66.187	140.145	66.574
Remuneração de capitais de terceiros	30.104.117	23.819.918	30.140.203	23.820.028
Juros	2.167.055	880.067	2.167.055	880.070
Outras	27.937.062	22.939.851	27.973.148	22.939.958
Remuneração de capitais próprios	91.768.946	53.185.863	91.768.946	53.185.863
Juros s/ capital próprio e dividendos	24.505.743	15.259.311	24.505.743	15.259.311
Lucros retidos/prejuízo do exercício	67.263.203	37.926.552	67.263.203	37.926.552

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ESTOQUES DO EXERCÍCIO - *(Em Reais)*

	2022	2021
Produtos acabados	52.763.123	33.479.505
Produtos em processo	31.808.953	34.859.430
Matérias-primas	54.184.855	40.255.129
Materiais secundários	11.021.759	10.914.192
Materiais de manutenção	5.339.156	4.393.616
Importação em andamento	1.718.211	196.082
Adiantamento a fornecedores	713.724	2.705
Ajuste CPC 47 - Receitas	8.815.144	15.996.285
Provisão para perdas	(257.284)	(431.076)
	166.107.641	139.665.868

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Metisa obteve uma receita operacional bruta de R\$901.268.459,00, com a comercialização de 52.120,3 toneladas de produtos. Analisando-se esse desempenho, comparativamente ao ano de 2021, registra-se um acréscimo de 0,6% na quantidade vendida e 34,6% na receita operacional bruta.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2022, a Metisa auferiu um lucro líquido de R\$91.768.946,00, correspondente a 11,50% da receita operacional líquida e que representou uma rentabilidade de 29,05% sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021, correspondendo a um resultado de R\$10,44 por ação.

b) Variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

a.1) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 08 de março de 2023.

a.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

a.5) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9 que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a.6) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

a.7) Instrumentos financeiros

a.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

a.7.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a.7.3 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

a.8) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

a.9) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

a.10) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

a.11) Ativo biológico (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

a.12) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a.13) Imobilizado

a.13.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

a.13.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a.13.3 Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

a.14) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a.14.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

a.14.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

a.15) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a.16) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

a.17) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

a.18) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

a.19) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

a.20) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.21) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota Nº 24.

a.22) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a.22.1 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a.22.2 Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não operou com esses instrumentos.

a.22.3 Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

a.23) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Remuneração das aplicações</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e Bancos		811.410	1.303.540	820.960	1.322.033
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	85.795.890	63.584.494	86.478.557	64.308.549
		86.607.300	64.888.034	87.299.517	65.630.582

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

a.24) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Estes são ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado. Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
B3 - Brasil Bolsa Balcão (B3SA3)	198.150	277.500
Banco do Brasil (BBAS3)	1.041.900	1.154.000
Petrobras S/A (PETR4)	1.445.500	1.450.950
Petróleo (PRIO3)	186.050	165.360
Vale S/A (VALE3)	2.488.640	4.521.680
	5.360.240	7.569.490

a.25) Contas a receber e outras contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mercado interno	78.375.504	71.214.409	78.375.504	71.410.413
Mercado externo	49.916.259	72.753.110	49.916.259	72.753.110
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(1.993.433)	(2.742.520)	(1.993.433)	(2.742.520)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(-) Ajuste CPC 47- Receitas	(11.621.989)	(22.972.380)	(11.621.989)	(22.972.380)
Outras contas a receber (i)	5.319.616	6.663.381	5.321.931	6.666.116
	119.995.957	124.916.000	119.998.272	125.114.739

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventual perda na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado			
	<u>Saldo em 2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Mercado interno	1.982.193	721.148	(709.908)	1.993.433
Mercado externo	760.327	-	(760.327)	-
	2.742.520	721.148	(1.470.235)	1.993.433

(i) outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento de férias e de salários	2.325.893	1.974.785	2.327.888	1.976.720
Adiantamento a fornecedores (a)	1.862.360	3.002.144	1.862.360	3.002.944
Cessões de créditos de ICMS (b)	706.223	1.000.000	706.223	1.000.000
Outros valores	425.140	686.452	425.460	686.452
	5.319.616	6.663.391	5.321.931	6.666.116

(a) Refere-se a adiantamentos realizados a prestadores de serviços e para aquisição de materiais diversos. (b) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e que serão transferidos para fornecedores da Companhia.

a.26) Estoques

	Controladora e Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Produtos acabados	52.763.123	33.479.505
Produtos em processo	31.808.953	34.859.430
Matérias-primas	54.184.855	40.255.129
Materiais secundários	11.021.759	10.914.192
Materiais de manutenção	5.339.156	4.393.616
Importação em andamento	1.718.211	196.082
Adiantamento a fornecedores	713.724	2.705
Ajuste CPC 47 - Receitas	8.815.144	15.996.285
Provisão para perdas	(257.284)	(431.076)
	166.107.641	139.665.868

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à manutenção.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a.27) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
IRF	111.540	111.540
ICMS (i)	24.633.470	17.813.618
IPI	7.554.218	-
PIS/COFINS (ii)	-	8.196.503
IRPJ	5.120.027	718.841
REINTEGRA	81.406	131.418
Ajuste CPC 47 - Receitas	629.841	1.163.583
	38.130.502	28.135.503

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) Saldo credor em conta gráfica.

a.28) Realizável a longo prazo

a.28.1 Outras contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Depósitos judiciais (i)	4.205.608	4.431.380
Impostos a recuperar	66.467	44.139
Despesas antecipadas	148.209	-
	4.420.284	4.475.519

(i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Cíveis	1.659.717	1.659.717
Tributários	88.889	71.460
Trabalhistas	2.457.002	2.700.203
	4.205.608	4.431.380

a.28.2 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSL)

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSL correntes	(39.879.707)	(25.117.066)	(39.908.980)	(25.119.38)
IRPJ e CSL diferidos	726.229	2.930.079	726.229	2.930.079

Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia (controladora) não apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

respectivo valor contábil.

O IR e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
- Sobre adições temporárias	414.331	2.297.140
- Sobre depreciação custo atribuído	210.146	236.156
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(207.166)	(217.113)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	374.721	525.630
- Sobre diferença do valor residual	(65.803)	88.266
	726.229	2.930.079

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Adições temporárias:				
- Contingências trabalhistas	197.500	197.500	229.000	229.000
- Contingências cíveis	47.972	47.972	47.972	47.972
- Contingências tributárias	3.336.945	3.336.945	3.336.945	3.336.945
- Comissão sobre vendas	2.114.386	2.114.386	2.386.129	2.386.129
- Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.993.433	1.993.433	2.742.520	2.742.520
- Perda estimada com estoques	257.284	257.284	431.076	431.076
- Ajuste CPC 47 – Receitas	1.348.110	1.348.110	3.726.291	3.726.291
- Taxa de agenciamento	81.277	81.277	114.710	114.710
- Indenizações com representantes	5.150.101	5.150.101	-	-
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	1.241.019	-	1.640.513
Base de cálculo	14.527.008	15.768.027	13.014.643	14.655.156
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	1.307.431	3.942.007	1.171.318	3.663.789

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

a.29) Investimentos

A seguir demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	2022	2021
Capital social realizado	3.500.000	3.500.000
Patrimônio líquido	9.574.680	9.449.394
Total de ativo e passivo	9.581.507	9.457.278
Receitas líquidas de vendas	-	2.907
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	125.286	(195.396)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	125.286	(195.396)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	9.574.680	9.449.394

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Saldo de investimentos	9.574.680	9.449.394
------------------------	-----------	-----------

a.30) Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora				
	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
Terrenos	9.898.373	-	-	-	9.898.373
Edifícios e Construções	34.005.574	-	-	816.014	34.821.588
Móveis e Utensílios	5.895.896	553.890	(67.053)	398.785	6.781.518
Veículos	2.094.186	1.567.874	(1.314.867)	-	2.347.193
Máquinas e Equipamentos	156.992.644	1.958.316	(926.629)	17.951.738	175.976.069
Imobilizações em andamento	15.386.502	15.425.691	-	(16.891.952)	13.920.241
Adiantamento a Fornecedores	609.681	1.779.696	-	(2.274.585)	114.792
Depreciação acumulada	(136.762.067)	(9.906.057)	2.126.482	-	(144.541.642)
	88.120.789	11.379.410	(182.067)	-	99.318.132

	Consolidado				
	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
Terrenos	10.743.985	-	-	-	10.743.985
Reflorestamento	7.985.757	377.982	-	-	8.363.739
Edifícios e Construções	34.219.759	-	-	816.014	35.035.773
Móveis e Utensílios	5.927.922	553.890	(67.054)	398.785	6.813.543
Veículos	2.191.276	1.567.874	(1.314.867)	-	2.444.283
Máquinas e Equipamentos	157.024.391	1.958.316	(926.628)	17.951.738	176.007.817
Imobilizações em andamento	15.386.502	15.425.691	-	(16.891.952)	13.920.241
Adiantamento a fornecedores	609.681	1.779.696	-	(2.274.585)	114.792
Depreciações acumuladas	(137.452.493)	(9.913.055)	2.126.482	-	(145.239.066)
	96.636.780	11.750.394	(182.067)	-	108.205.107

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia. Vidas úteis estimadas para os bens do imobilizado são as seguintes:

Rubrica	Taxa
Edificações e Construções	4% a.a.
Máquinas e Equipamentos	10 a 20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	6 a 10% a.a.
Equipamentos de Informática	20 a.a.

a.31) Intangível

	Controladora e Consolidado				
	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
Software	1.756.171	-	-	-	1.756.171
Intangível em andamento	180.744	76.670	-	-	257.414
Amortização acumulada	(1.397.041)	(220.399)	-	-	(1.617.440)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

	539.874	(143.729)	-	-	396.145
--	---------	-----------	---	---	---------

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2022, da Controladora, totalizaram R\$ 10.126.457 (R\$ 9.334.104 em 31 de dezembro de 2021). Desse total, R\$ 9.094.378 (R\$ 8.344.662 em 31 de dezembro de 2021) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

a.32) Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2022	2021
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	-	39.909
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 3,40% a.a	51.403.977	76.108.847
	Total dos empréstimos		51.403.977	76.148.756
	Circulante		(51.403.977)	(76.148.756)

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e na Controlada não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

a.33) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSLL	5.548.375	5.156.338	5.548.823	5.156.453
ICMS	118.434	85.036	118.434	85.036
IPI	39.485	96.221	39.485	96.221
CPRB	-	786.166	-	786.166
IRRF	1.599.426	1.225.433	1.599.504	1.225.477
Outros tributos	27.275	20.786	27.275	20.786
	7.332.995	7.369.980	7.333.521	7.370.139

a.34) Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

a.35) Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a Partes Relacionadas foram realizadas conforme a seguir:

a.35.1 Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração fixa	6.755.250	6.103.630	6.797.538	6.142.570
Remuneração variável	5.931.251	6.408.328	5.931.251	6.408.328

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

a.35.2 Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	2022	2021
- Fornecimento de Serviços		
PARTBANK S.A.	521.573	506.796
Ricardo Teixeira Mendes	285.019	276.948
Elite CCVM Ltda	16.602	35.159
- Fornecimento de produtos e insumos:		
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	201.029	176.862

a.36) Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

Controladora e Consolidado				
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Saldo em 2022
Cíveis	1.652.469	5.150.100	-	6.802.569
Tributárias	5.145.682	-	-	5.145.682
Trabalhistas	229.000	59.500	(91.000)	197.500
	7.027.151	5.209.600	(91.000)	12.145.751

Cíveis - consiste, principalmente, no reconhecimento de valor concernente a honorários de sucumbência.

Tributárias - refere-se a demandas judiciais relativas ao INSS e para as quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 2.350.829 (R\$2.350.829 - em 31/12/2021).

Trabalhistas - consiste em diversas matérias relacionadas à área trabalhista.

Perdas com Probabilidade de Perdas Possíveis - os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, são demonstradas conforme abaixo:

Tributárias - R\$ 1.895.660

Trabalhistas - R\$ 248.400

Cíveis - R\$ 47.000

a.37) Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Crédito Tributário Ativo (i)	5.249.438	4.835.107

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Crédito Tributário Passivo (ii)	7.368.591	7.602.605
Passivo Líquido não circulante	2.119.153	2.767.498

(i) - refere-se a créditos sobre diferenças temporárias (Nota8).

(ii) - foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (deemed cost) e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil.

a.38) Patrimônio líquido

a.38.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.577.200 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A Companhia mantinha em tesouraria 347.533 ações preferenciais, de sua emissão, em 31 de dezembro de 2021.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27/04/2022 aprovou a proposta da Administração de aumento de capital, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com incorporação de parte da conta de reserva de lucros, que foi acrescido ao capital social de R\$ R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), perfazendo o total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sem alteração do número de ações da Companhia.

a.38.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

-O Conselho de Administração, em 17 de março de 2022, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,33 por ação preferencial e R\$ 0,30 por ação ordinária, para início de pagamento em 31 de outubro de 2022.

-Em 09 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,33 por ação preferencial e R\$ 0,30 por ação ordinária, para início de pagamento em 06 de dezembro de 2022.

-Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 09 de setembro de 2022, a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,66 por ação preferencial e R\$ 0,60 por ação ordinária, para início de pagamento em 09 de março de 2023.

-O Conselho de Conselho de Administração, aprovou, em 01 dezembro de 2022, a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,66 por ação preferencial e R\$ 0,60 por ação ordinária, para início de pagamento em 23 de junho de 2023.

-A Administração propõe, para atingir o mínimo obrigatório de 25%, um dividendo de R\$ 0,935 por ação preferencial e R\$ 0,85 por ação ordinária, cujo montante anual é abaixo demonstrado:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	91.768.946	53.185.863
Reserva legal	(4.588.447)	(2.659.293)
Reserva de Lucros a Realizar	(333.336)	8.116
Lucro líquido ajustado	86.847.163	50.534.686
Juros sobre o capital próprio pagos	16.645.410	9.710.841
Dividendos propostos	7.860.333	5.548.470

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Total	24.505.743	15.259.311
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	28,22	30,20

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

a.38.3 Reservas de lucros

- Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 62.674.756, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

- Reservas de Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como Reserva de incentivos fiscais no grupo Reservas de lucros.

a.39) Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mercado Interno	715.564.137	528.472.882	715.564.137	528.475.964
Mercado Externo	174.353.925	163.979.007	174.353.925	163.979.007
(-) Impostos sobre Vendas	(102.452.525)	(89.159.503)	(102.452.525)	(89.159.678)
(-) Ajuste CPC 47 - Receitas	10.816.649	(21.537.379)	10.816.649	(21.537.379)
	798.282.186	581.755.007	798.282.186	581.757.914

a.40) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com pessoal	10.656.069	6.260.542	10.664.526	6.268.330
Despesas com serviços de terceiros	1.849.311	1.353.185	1.878.797	1.387.130
Honorários Conselho Fiscal	453.600	416.800	453.600	416.800
Honorários dos Administradores	6.755.250	6.103.630	6.797.538	6.142.570
Participação no lucro dos empregados	5.269.676	4.116.845	5.269.676	4.116.845
Participação no lucro dos Administradores	10.182.629	5.931.251	10.182.629	5.931.251
Gastos com materiais gerais	1.619.465	1.364.422	1.630.830	1.378.065
Outras despesas	4.409.689	3.787.165	4.465.424	3.845.132
	41.195.689	29.333.840	41.343.020	29.486.132

a.41) Despesas com vendas

	Controladora / Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas variáveis de vendas	64.637.881	51.964.371
Despesas com pessoal	9.229.543	6.520.566

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Despesas com propaganda e publicidade	2.025.291	290.302
Despesas com viagens	160.742	47.798
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	682.300	1.367.651
Outras despesas	696.368	626.409
(-) Ajuste CPC 47 - Receitas	1.257.327	(2.086.221)
	78.689.452	58.730.876

a.42) Resultado financeiro

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros de mora	1.511.187	416.782	1.511.187	416.788
Descontos	30.701	58.224	30.701	58.224
Dividendos e JSCP	1.433.020	1.584.044	1.433.020	1.584.044
Variações cambiais de exportação	24.649.969	15.449.941	24.649.969	15.449.941
Receita de títulos e valores mobiliários	2.257.380	2.802.994	2.257.380	2.802.994
Receita aplicações financeiras	9.016.551	2.556.994	9.102.922	2.587.923
Outras variações monetárias	1.306	111.392	1.306	111.392
Reversão de perdas com contas a receber	614.041	177.162	614.041	177.162
	39.514.155	23.156.692	39.600.526	23.188.468

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IOF/ PIS/COFINS	801.485	357.506	801.485	357.506
Juros	2.167.056	1.257.607	2.167.056	1.257.610
Despesas bancárias	450.316	591.536	450.399	591.643
Descontos/deságios	123.948	38.591	159.951	38.591
Variações cambiais	25.504.911	17.549.355	25.504.911	17.549.355
Perdas com títulos e valores mobiliários	1.857.886	4.382.829	1.857.886	4.382.829
	30.905.602	24.177.424	30.941.688	24.177.534

Resultado financeiro líquido	8.608.553	(1.020.732)	8.658.838	(989.066)
------------------------------	------------------	--------------------	------------------	------------------

a.43) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.44) Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

a.45) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a.45.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a.45.2 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

a.45.3 Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	87.299.517	65.630.582
Títulos e valores mobiliários	5.360.240	7.569.490
Contas a receber de clientes	128.291.763	144.163.523

a.45.4 Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	106.991.918	129.538.498
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	14.768.973	10.451.861
De 31 a 90 dias	4.280.396	1.430.644
De 91 a 180 dias	298.020	970
De 181 a 360 dias	328.831	165.086

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Acima de 360 dias	1.623.625	2.576.464
	128.291.763	144.163.523

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado (Nota 21). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizados no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

- Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

- Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a.45.5 Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários - Trata-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

a.45.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

a.45.7 Análise de sensibilidade

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

a.45.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a.46) Outras receitas operacionais líquidas

<u>Outras receitas operacionais</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Êxito em demandas judiciais:				
- IPI	-	22.768	-	22.768
- PAT	-	601.538	-	601.538
- Exclusão frete BC do PIS	3.810.785	-	3.810.785	-
- Recuperação de tributos pagos a maior	1.324.627	101.949	1.324.627	101.949
Aluguéis	-	100.466	-	100.466
Venda de ativo imobilizado	555.479	1.653.880	555.479	1.655.080
	5.690.891	2.480.601	5.690.891	2.481.801

<u>Outras despesas operacionais</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Indenizações trabalhistas	117.845	82.253	117.845	82.253
Indenizações com representantes	5.150.101	82.253	5.150.101	
PIS/COFINS	-	8.650	-	8.650
Valor residual baixa de ativo imobilizado	182.067	557.481	182.067	557.481
Outras despesas operacionais	34.774	22.536	34.774	22.536
Manutenção de projetos florestais	-	-	81.731	67.618
	5.484.787	670.920	5.566.518	738.538

Valor líquido	206.104	1.809.681	124.373	1.743.263
----------------------	----------------	------------------	----------------	------------------

a.47) Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, com base na característica dos bens, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 60.557.215,00. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

a.48) Pandemia Covid-19

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes à Covid-19 que possam vir a afetar suas operações, adotando medidas para proteção de seus colaboradores (próprios e terceirizados), bem como disseminando medidas de prevenção na região onde atua, monitorando os casos suspeitos, dentre outras ações preventivas. Até o fechamento do exercício de 2022, não houve impacto significativo nas operações da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Não aplicável ao Emissor.

2.5 Medições não contábeis

Não se aplica ao Emissor.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2020, vimos informar que, a Companhia não sofreu impactos negativos em seus resultados dado a pandemia instalada, mesmo porque o principal segmento de atuação da Companhia está concentrada no agronegócio e o mesmo vem se mantendo no corrente exercício. No entanto a Companhia, no corrente exercício, prevê muitos desafios, tanto no mercado interno, bem como, no externo.

2.7 Destinação de resultados

Conforme disposição estatutária, a destinação dos resultados será:

- 5% (cinco por cento) para a formação de reserva legal, até o montante de 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6404/76 e legislação posterior, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, observado o disposto no Inciso III do Artigo 7º do presente Estatuto, na proporção do número de ações que cada um possuir na Companhia. Os juros sobre o capital próprio, aprovados pela Companhia em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o presente artigo;
- ao saldo se dará a destinação aprovada em Assembleia Geral, observadas as condições ou restrições estabelecidas em Lei.

As ações preferenciais terão dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A Assembleia Geral, independentemente de proposta dos órgãos da Administração, poderá empregar os lucros líquidos na forma que julgar conveniente e necessário.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas.

O relatório do Auditor Independente, sobre as Demonstrações Financeiras, não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Não aplicável ao Emissor.

2.10 Planos de negócios

Não se aplica ao Emissor.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores julgados relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Apesar da não formalização de um Comitê de Gerenciamento de riscos e riscos de mercados, são analisados e avaliados pela Administração da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

A Administração possui controles internos, e julga que os mesmos, após longos exercícios, se mostraram confiáveis, evitando que as demonstrações contábeis tenham erros materiais.

Os controles são realizados através do ERP, planilhas de conciliação, e controles paralelos realizados pela Controladoria e Gerência Contábil. Todos os Diretores e Gerentes são responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles internos.

b. as estruturas organizacionais envolvidas:

Diretoria, Gerência e Auditoria Externa.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Os Diretores e Gerentes tem acesso a todas as informações gerenciais e de resultados por meio de um sistema de BI com os indicadores e informações relevantes. Analisando mensalmente os resultados obtidos e fazendo sua avaliação, com objetivo de melhorar sua performance, corrigindo eventuais desvios.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Recebemos em 02/03/2023, Relatório de Auditoria: Controles Internos, Contábil e Tributário, fazendo referência as Demonstrações Contábeis de 31/12/2022.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

As divergências apontadas pelos Auditores, não são significativas, contudo, a Companhia após manifestação da Auditoria, prontamente corrigiu as divergências apontadas ao longo do exercício de 2022.

5.3 Programa de integridade

Não se aplica ao Emissor.

5.4 Alterações significativas

Considerada a situação atual, não há alterações significativas dos riscos de mercado do Emissor em relação aos presentes em 31 de dezembro de 2021.

5.5 Outras informações relevantes

Em 31 de dezembro de 2022 o Emissor tinha parte de suas disponibilidades - R\$5.360.240,00 aplicadas em títulos e valores mobiliários, substancialmente representados por ações de VALE, PETROBRÁS e BANCO DO BRASIL S.A.. Esses ativos representavam na data 5,83% do valor total das disponibilidades do Emissor - R\$91.967.540,00, entendido como tal o conjunto de ativos de liquidez imediata. Esses títulos estão sujeitos ao risco correspondente às flutuações das cotações dos referidos papéis na Bolsa de Valores.